

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@grupatarde.com.br

CRIME Suspeitos de assaltar e clonar placas de carros são presos no CIA

www.atarde.com.br

DOM PEDRO II Município tem projeto de requalificação que está paralisado e tem orçamento de mais de R\$ 40 milhões

Ausência de recursos é causa da incerteza do destino de casarão onde funcionava abrigo

Margarida Neske / Ag. A TARDE



Casarão é da primeira metade do século XIX

ANDERSON SOTERO

Por falta de recursos, o destino do casarão histórico que sediou o abrigo Dom Pedro II durante 130 anos ainda é incerto. Localizado na Boa Viagem, o imóvel antigo e tombado está degradado. O município tem um projeto de requalificação para permitir o funcionamento de um espaço cultural e de eventos no local, mas ele está paralisado e a viabilidade da execução da recuperação do imóvel ainda está sendo avaliada pela prefeitura.

A prefeitura estima que sejam gastos mais de R\$ 40 milhões para recuperar o casarão. Os 60 idosos que moravam no local foram encaminhados para uma nova sede, localizada na rua Juiz Orlando de Melo, em Piaeté.

O Solar Machado ou Palacete Machado é tombado pelo Iphan desde 1949

Os 60 idosos que moravam no local foram encaminhados para uma nova sede em Piaeté

A decisão de transferir os idosos foi tomada depois de uma audiência pública realizada, no ano passado, entre o Ministério Público da Bahia (MP-BA) e a Procuradoria Geral do Município. O antigo casarão ainda carece de reformas estruturais.

Também conhecido como Solar Machado ou Palacete Machado, o imóvel é, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), tombado individualmente pelo órgão federal desde 1949 e inscrito nos livros do Tombo Histórico e de Belas Artes.

No entanto, o órgão informou que o tombamento é "uma ação de reconhecimento de um bem material como parte do Patrimônio Cultural Brasileiro, de que ele tem relevância nacional", mas que a responsabilidade pela conservação e uso do imóvel é do proprietário, que, no caso, é a prefeitura de Salvador.

"Isso vale para qualquer bem tombado, seja de uso público ou privado. O tombamento também não interfere nas competências institucionais de outras esferas, como as prefeituras, governos estaduais e outras áreas do governo federal", destacou, em nota, o Iphan.

Problemas De acordo com a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps), o Solar Machado está "em estado bastante degradado devido à ação do tempo". Há problemas na parte estrutural, como infiltrações e deficiência nas instalações elétricas.

A Semps informou que o projeto de requalificação contempla uma área de 9 mil m² e foi desenvolvido pela Fundação Mário Leal Ferreira e aprovado pelo Iphan. No entanto, o projeto está paralisado, segundo o município, por falta de verba. A prioridade, acrescentou a prefeitura, foi transferir os idosos para uma nova sede.

"A reforma não começou a ser feita por falta de recursos e pela prioridade dada em ofertar, emergencialmente, uma sede mais confortável e segura para os idosos. Após vistoria realizada com a presença do Ministério Público e da Defesa Civil de Salvador (Codesal), ficou recomendada a não utilização do imóvel até que providências sejam tomadas", ressaltou, em nota, a Semps.

Ainda segundo o Iphan, o casarão é um solar urbano da primeira metade do século XIX que, embora tenha "tratamento neoclássico", segue a linha dos grandes palácios barrocos europeus. "[O imóvel] é de grande importância e proeminência no cenário arquitetônico brasileiro, o que justifica sua relevância e reconhecimento enquanto Patrimônio Cultural Brasileiro", ressaltou, em nota, o instituto.

O Iphan destacou que, no caso do solar, tem "total interesse" em sua preservação e que tem acompanhado todo o processo, mas que "a destinação do imóvel é de responsabilidade do município, desde que garantida sua conservação."

O Iphan destacou que, no caso do solar, tem "total interesse" em sua preservação e que tem acompanhado todo o processo, mas que "a destinação do imóvel é de responsabilidade do município, desde que garantida sua conservação."

O Iphan destacou que, no caso do solar, tem "total interesse" em sua preservação e que tem acompanhado todo o processo, mas que "a destinação do imóvel é de responsabilidade do município, desde que garantida sua conservação."

APELO

Impossibilidade de fazer obra pode fechar asilo

FELIPE SANTANA*

Com 30 anos de história e abrigando, atualmente, cerca de 75 idosos, o Asilo São Lázaro, no bairro de Jardim Nova Esperança, corre o risco de parar de funcionar caso não realize reformas estruturais nos dormitórios dos idosos.

De acordo com uma das dirigentes do asilo, Maria de Fátima, o local precisa com urgência dos materiais necessários para iniciar as obras. No entanto, as despesas atuais impedem a captação de recursos para as intervenções. Segundo ela, o orçamento para a construção da nova estrutura dos dormitórios é cerca de R\$ 136 mil. Além de despesas mensais, o abrigo conta com 25 funcionários para cuidar dos internos.

O asilo chegou a fazer uma vaquinha virtual divulgada na fanpage no Facebook.

Instituição mantém uma vaquinha virtual e aceita doações em dinheiro, material de construção e alimentos

Mas, até o momento, a meta ainda não foi alcançada. Caso a reforma não seja realizada no prazo determinado pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA), o asilo pode deixar de funcionar. "Sempre precisamos de doações. Agora, principalmente, de material para a construção", disse Maria de Fátima.



Luciano da Matta / Ag. A TARDE

Estruturas do asilo precisam de reparos

iniciar a reforma. Temos um prazo", disse Maria Raimunda, uma das dirigentes do asilo.

De acordo com o MP-BA, as exigências referentes à reforma do abrigo integram uma ação civil pública que solicita regularidades em asilos e têm o objetivo de fiscalizar as instalações diante das normas da Vigilância Sanitária para o funcionamento, oferecendo instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade.

Diante dos laudos da Vigilância Sanitária, o MP-BA, por meio do Grupo de Atuação Especial em Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência, solicitou à Justiça que determinasse a execução da reforma. No entanto, o processo ainda está em curso.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

O asilo possui quatro dormitórios coletivos. Segundo Maria, a reforma consiste em dividir os dormitórios em 20 quartos com banheiros. Cada quarto deve ter quatro camas.

"Estamos tentando de todas as formas reunir recursos para a compra dos materiais que são diferentes

dos convencionais, como paredes de gesso e forro PVC. Além disso, piso antiderrapante, vaso sanitário, piaas entre outros materiais", disse a dirigente. O valor do orçamento de R\$ 136 mil, não está contando com a mão de obra.

Diante da situação, o asilo trabalha com a captação de

doações de dinheiro e também dos materiais para a reforma. Além disso, o local precisa de materiais de limpeza e alimentos, como leite e carne. No dia a dia, os idosos recebem quatro refeições por dia.

"Assim que a gente conseguir reunir o maior número de materiais, vamos